

Trava no mercado de trabalho

País tem o primeiro mês com fechamento de vagas em 2018, e o pior junho em dois anos

GERALDA DOCA E DAIANE COSTA

Depois de cinco meses consecutivos de criação de emprego, o mercado de trabalho formal parou de crescer em junho. As demissões voltaram a superar as admissões, com o fechamento de 661 vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. É o pior resultado para o mês nos últimos dois anos e veio muito abaixo das estimativas do mercado. A mediana de projeções da Bloomberg projetava criação de 55 mil vagas. Indústria e comércio tiveram desempenho ainda pior: fecharam perto de 21 mil postos de trabalho, cada um.

Segundo economistas, os números negativos refletem a piora do nível de confiança dos empresários, resultado do que consideram uma condução desastrosa, por parte do governo, do desfecho da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio. — A confiança, já abalada pelo cenário eleitoral incerto, diminuiu ainda mais.

A greve expôs a fragilidade do governo em lidar com pressões

setoriais, pois sacrificou as contas públicas para atender às reivindicações dos caminhoneiros. E ninguém contrata sem saber o que vai ser da economia lá na frente, pois é um investimento caro, de retorno em longo prazo — avalia Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio e Serviços (CNC).

EFEITO COPA DO MUNDO

A greve também pode ter adiado para junho demissões que seriam feitas em maio, pondera o economista do Ibre/FGV Bruno Ottoni. O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz, diz que também há um efeito Copa do Mundo sobre os dados negativos: — Tivemos 20 dias sem trabalhar a plena carga, o que pode ter inibido contratações. O saldo acumulado nos seis primeiros meses do ano, no entanto, segue positivo, com a geração de 392.461 vagas.

Mas, esse abalo maior da confiança, combinado com as projeções de um PIB subindo 1,5%, deve fazer esse montante ficar menor até o final do ano. Nas contas da Tendências Consultoria Integrada, o país deve encerrar 2018 com um saldo positivo (diferença entre admissões e demissões) de 350 mil empregos. — Mesmo antes da greve dos caminhoneiros, o mercado já dava sinais de recuperação lenta.

Começamos 2018 pior do que nos anos anteriores em termos de geração de empregos — lembra Thiago Xavier, da Tendências.

Os dados de mercado de trabalho apurados mensalmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, que considera o emprego com e sem carteira, também já mostravam uma dificuldade de a economia gerar vagas. No trimestre encerrado em maio, a taxa de desemprego ficou em 12,7%, atingindo 13,2 milhões de pessoas. O índice se manteve estável em relação ao período anterior graças ao aumento do trabalho informal. — Há muitos meses é a informalidade que impede que a taxa de desemprego continue crescendo — disse Fábio Bentes.

Para o economista da CNC, os empregos no comércio e na indústria acabam sendo os mais afetados porque são os dois setores que mais dependem da confiança — não só dos empresários como do consumidor — e da renda, que não cresce há mais de um ano. — O dólar e a inflação mudaram de patamar, e a segunda metade do ano deve ser ainda mais difícil — analisa Bentes.

SÓ AGRO E SERVIÇOS GERARAM EMPREGO

O mercado de trabalho formal começou o ano aquecido, mas está





em processo de desaceleração. Em maio, foram criados 33.659 empregos, até então o pior resultado do ano, influenciado pela greve dos caminhoneiros, que começou no dia 20, somando dez dias de paralisação. Em junho, somente dois setores criaram empregos, a agropecuária, com saldo positivo de 40.917 postos, e serviços, com 589. O comércio fechou o mês de junho com saldo negativo de 20.971 postos, seguido pela indústria de transformação, onde as demissões superaram as contratações em 20.470.

Na construção civil, foram fechadas 934 vagas, e, na administração pública, outras 855. No mês passado, dos 12 subsetores da indústria, 11 registraram saldos negativos. A exceção foi a indústria química. Apesar disso, entre janeiro e junho, o setor acumula resultado positivo de 75.726 postos. Já o comércio fechou 94.839 vagas no primeiro semestre de 2018 — o pior desempenho entre os principais setores da economia. Considerando os últimos 12 meses, foram criados

apenas 24.605 empregos com carteira assinada no comércio.

O trabalho intermitente, nova modalidade de contratação instituída pela reforma trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado, ficou com um saldo positivo de 2.688 empregos em junho — foram 4.068 admissões e 1.380 desligamentos. O nível do emprego com carteira assinada em junho caiu em seis estados: Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia. No conjunto das regiões metropolitanas, o resultado do mercado formal ficou negativo em 19.422 empregos, de acordo com o Caged.

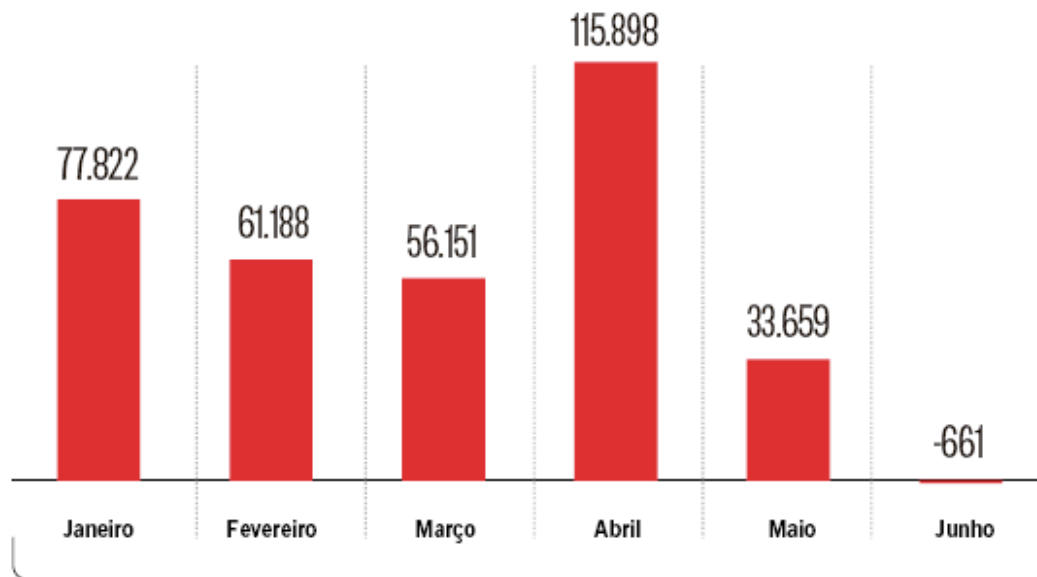
Segundo o especialista em mercado de trabalho Rodolfo Torelly, o resultado de junho carrega os impactos negativos da greve dos caminhoneiros, mas também as incertezas do cenário eleitoral, que estão influenciando as expectativas e reduzindo as contratações. — Sem confiança, ninguém investe e muito menos emprega — destacou.





EVOLUÇÃO NO SEMESTRE

(SALDO, DIFERENÇA ENTRE ADMISSÕES E DEMISSÕES)



Saldo acumulado no ano **392.461**

(considera informações prestadas pelas empresas fora do prazo)

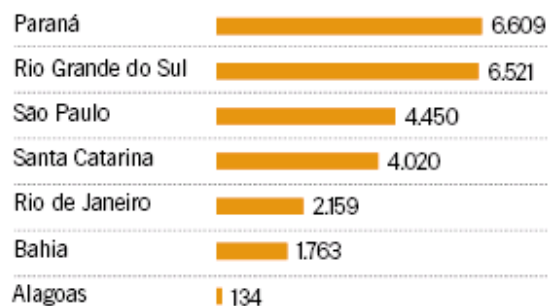
SETORES QUE MAIS DEDITARAM EM MAIO



SETORES QUE CONTRATARAM EM MAIO



PERDA DE VAGAS NOS ESTADOS



Prévia da inflação oficial desacelera e fica em 0,64% em julho

Apesar da alta mais fraca, índice é o pior para o mês desde 2004. Energia pesou

Após o impacto da greve dos caminhoneiros no mês passado, a prévia da inflação desacelerou em julho. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) subiu 0,64%, bem abaixo dos 1,11% da taxa de junho, que teve forte influência da paralisação dos caminhoneiros no mês de maio. Em julho de 2017, o índice tinha registrado deflação de 0,18%.

Para analistas, essa desaceleração da inflação em julho comprova que a alta do mês anterior foi temporária, afetada pela escassez da oferta causada pela paralisação. Apesar da desaceleração, o avanço de julho é o maior para o mês desde 2004, quando subiu 0,93%. A variação acumulada em 2018 foi de 3%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, a inflação acelerou para 4,53%, acima dos 3,68% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Três grupos responderam por quase a totalidade da inflação no mês de julho pelo IPCA-15: alimentos, categoria que teve alta de 0,61%; transportes, com expansão de 0,79%; e habitação, que subiu 1,99%, pressionada pelos reajustes nas tarifas de energia elétrica em concessionárias com peso relevante na inflação oficial. Após disparar 1,57% por causa da greve dos

caminhoneiros no IPCA-15 de junho, a alta dos preços de alimentos desacelerou para 0,61%. Alguns itens tiveram inclusive deflação, como a batata-inglesa (24,80%), o tomate (23,57%), a cebola (21,37%), as hortaliças (7,63%) e as frutas (-5,24%).

Quanto ao restante de julho, a expectativa do mercado é que haja uma desaceleração adicional à registrada pelo IPCA-15, principalmente influenciada pela deflação de frutas e legumes, além do combustível. Por outro lado, ressalta o Banco MUFG Brasil, o ritmo de desinflação deverá ser limitado pelo aumento de preço das carnes, ainda impactado pela greve dos caminhoneiros, e das passagens aéreas, devido à temporada de férias. A projeção preliminar para o IPCA de julho do Itaú aponta variação de 0,28%, com a taxa em 12 meses estável em 4,4%.

A principal contribuição de alta, segundo o banco, virá do grupo habitação, pressionado pela energia elétrica. Por outro lado, prevê taxas negativas dos grupos alimentação e vestuário. Alberto Ramos, economista do Banco Goldman Sachs, ressaltou que o índice de difusão da inflação, ou seja, a quantidade de produtos pesquisados cujos preços aceleraram, caiu para 54,2%, ante os 66% registrados em junho, mas acima dos 45,2% de julho de 2017.

Eletrabras precisa investir R\$ 10 bilhões a mais por ano



Expectativa. Wilson Ferreira Júnior, presidente da Eletrobras, defende leilão das distribuidoras

Objetivo seria manter fatia dos mercados de geração e transmissão

MANOEL VENTURA

-BRASÍLIA- A Eletrobras precisa investir mais R\$ 10 bilhões por ano para manter a sua participação no mercado de geração e transmissão de energia no país. Hoje, a companhia aplica R\$ 4 bilhões, e o ideal seriam R\$ 14 bilhões. Para entrar dinheiro novo, é necessário capitalizar a empresa, passo que ocorreria com a privatização. A avaliação é do presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. Anunciada pelo governo há quase um ano, a privatização da Eletrobras não vai sair em 2018, por falta de apoio político no Congresso.

— A Eletrobras precisa de novos projetos. Para novos projetos, precisa de recursos.

Com R\$ 4 bilhões, ela perde participação no mercado — disse Ferreira, em entrevista ao GLOBO. — O único meio de a companhia sustentar seu market-share são investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões, e não R\$ 4 bilhões. Para ela ir por esse caminho, ela precisa se capitalizar.

PRIVATIZAÇÃO SÓ NO PRÓXIMO GOVERNO

Para ele, é "razoável" que a privatização da empresa seja decidida pelo próximo governo: — A retomada desse projeto, se for do

interesse, ocorrerá pelo novo governo. Eu acho bastante razoável. A vantagem do atraso é que vai permitir que seja sintonizado com o novo governo, que haverá de avaliar a proposta que nós fizemos para a companhia.

Em cinco anos, a empresa deixará de investir R\$ 50 bilhões, por falta de recursos próprios dos acionistas e por não conseguir financiamento nos bancos. A Eletrobras já reduziu sua participação no segmento de geração: ela baixou de 36% em 2011 para 31% cinco anos depois. A estatal é responsável por cerca de 45% do mercado de transmissão no país.

A dívida bruta da empresa hoje chega a R\$ 45,5 bilhões, o que fez a estatal atrasar a entrega de empreendimentos e montar um plano de desinvestimentos que prevê a venda das distribuidoras de energia que operam no Norte e Nordeste. Os leilões dessas empresas, altamente deficitárias, com prejuízos de R\$ 35 bilhões, estão marcados para 26 de julho e 30 de agosto.

A empresa também planeja vender a participação em 70 projetos (as Sociedades de Propósito Específico, que incluem parcerias em ativos de geração e transmissão). — O pior de tudo é não entregar projetos que são prioridades para as pessoas. Você não investe porque não é capaz, com esse nível elevado





de alavancagem, de tomar financiamento, o banco não empresta. Quando nós fizemos as chamadas públicas (para repassar as concessões), é porque nós não seríamos capazes de financiar — disse o presidente da estatal.

A sequência de atrasos em obras de linhas de transmissão fez as subsidiárias da Eletrobras Chesf, Eletronorte e Furnas serem proibidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de participarem do último leilão organizado pelo órgão. Ferreira admite que os processos de redução de custos e venda de ativos foram feitos mais devagar do que o ritmo esperado pelo mercado: — No caso das distribuidoras, está no caminho, mas está atrasado. Mas o importante é que vai ser feito. Está anunciado e vai ser feito. No caso

das SPEs, a gente está na fase final das conversas com o TCU (Tribunal de Contas da União) para que a gente possa anunciar.

TARIFA MAIOR EM ANGRA

3

O governo já abriu caminho para aumentar a tarifa da energia que será gerada por Angra 3, na tentativa de viabilizar a retomada das obras com a entrada de um investidor estrangeiro. A Eletrobras defende o aumento do preço, e garante que o consumidor sairá beneficiado. — Para o consumidor, não importa se custa R\$ 14 bilhões ou R\$ 17 bilhões. Isso só importa para o investidor. Nós só temos benefício para o consumidor se a usina entrar. E, para a usina entrar, tem que colocar o preço correto — afirma.

Vaivém sobre leilão afeta ações da estatal

Valor de mercado chegou a R\$ 34 bi com plano de privatização. Agora, é de R\$ 24,2 bi

ANA PAULA RIBEIRO

SÃO PAULO- O vaivém das notícias sobre o leilão das distribuidoras da Eletrobras e a privatização da própria estatal tem causado forte oscilação nos papéis da estatal. Com a movimentação, o valor de mercado da companhia saiu de pouco mais de R\$ 20 bilhões em agosto do ano passado, quando o governo anunciou a intenção de privatizar a empresa, para mais de R\$ 34,8 bilhões no fim de fevereiro. No entanto, a dificuldade de tirar esses planos do papel fizeram com que o valor recuasse a R\$ 24,2 bilhões.

Toda essa volatilidade tem uma razão. O leilão das distribuidoras reduziria a pressão sobre as despesas da estatal, abrindo caminho para que ela volte a dar lucro no resultado anual e facilitando a privatização da holding. Sem que isso aconteça, fica menor o interesse nas ações. A decisão de realizar o leilão da distribuidora do Piauí, a Cepisa, no dia 26 de julho, e o cenário político contribuíram para a alta recente das ações da estatal — ontem as preferenciais subiram

4,92% (R\$ 19,20) e as ordinárias, 5,63% (R\$ 17,27). — A venda das distribuidoras não é só uma privatização.

A Eletrobras assumiu essas empresas de maneira provisória e elas só dão prejuízo. Se não houver leilão, elas serão liquidadas, e os débitos iriam para a holding. Por isso, o leilão é um evento tão positivo para a Eletrobras — avaliou Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos.

Para Thiago Tavares Silva, analista da Toro Investimentos, o custo de uma potencial liquidação, caso a venda não ocorra até 31 de dezembro, está estimado em R\$ 22 bilhões, o que levaria a empresa a fazer outros desinvestimentos ou conseguir recursos com mais dívida ou renovação de concessões. — Os investidores ficam desorientados. Mesmo que as distribuidoras sejam leiloadas, ainda fica em uma dúvida sobre o processo de privatização da Eletrobras — disse.

INTERESSE DE INVESTIDORES

Mesmo com a forte volatilidade dos papéis, o leilão da distribuidoras tem atraído o olhar de investidores interessados nesses ativos, mesmo

tendo que assumir parte da dívida dessas empresas — a mais endividada é a do Amazonas. — Os participantes estão vendo de que forma podem melhorar a eficiência dessas empresas. Com uma gestão privada e busca por otimização o prejuízo pode ser reduzido — avaliou Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia.

Esse processo de valorização das ações da Eletrobras teve início em agosto do ano passado, quando o governo informou que planejava privatizar a empresa. A expectativa era que a operação pudesse render em um ano R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. A notícia fez o valor de mercado da empresa subir, em apenas um dia, R\$ 9,1 bilhões, terminando o pregão de 22 de agosto em R\$ 29,3 bilhões (com as ações preferenciais a R\$ 23,55 e as ordinárias, a R\$ 21,20).

Esse fôlego durou mais alguns meses e o valor de mercado da Eletrobras chegou a atingir R\$ 34,8 bilhões em 23 de fevereiro. No entanto, com dificuldade de vender até as distribuidoras deficitárias, em um leilão alvo de uma batalha jurídica, a empresa diminuiu e seu valor de mercado está em R\$ 24,2 bilhões.

Contas públicas ficarão R\$ 14 bi acima do estimado, calcula governo



Recursos. Segundo Colnago, a maior parte da sobra do Orçamento vai para gastos que não estejam dentro do teto

Melhora de estatais, estados e municípios colaborou, diz secretária

BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- O governo calcula que conseguirá entregar as contas públicas este ano R\$ 14 bilhões acima do estimado, informou a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi. A expectativa para o chamado setor público consolidado (que inclui governo, estados, municípios e estatais) em 2018 é de um déficit de R\$ 161,3 bilhões, mas tanto estatais quanto governos regionais devem ter um desempenho melhor do que o

esperado.

Ontem, ao divulgar o relatório bimestral de receitas e despesas, a equipe econômica ainda informou que um resultado melhor das receitas e uma revisão, para baixo, das despesas, possibilitaram uma folga de R\$ 1,8 bilhão no Orçamento do governo federal. Para entregar um déficit primário menor este ano, o governo espera que o resultado de estados e municípios suba de R\$ 1,2 bilhão para cerca de R\$ 10 bilhões. Para as estatais, o número continua no vermelho, mas um rombo bem menor, de R\$ 164 milhões.

A meta estipulada é de um déficit de R\$ 3,5 bilhões. — Temos uma perspectiva de melhora do resultado das estatais e dos estados a ponto de permitir um resultado melhor que a meta estabelecida — disse Ana Paula Vescovi.

SÓ R\$ 666,6 MILHÕES LIBERADOS

Para o governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social), o rombo previsto é de R\$ 159 bilhões. Dentro disso, o governo calcula que tem uma sobra de R\$ 1,8 bilhão, mas apenas uma pequena parte disso, R\$ 666,6 milhões, pode ser usado para as demandas de ministérios. Isso porque, mesmo com receitas maiores, o governo não pode criar despesas por estar limitado pelo teto dos gastos públicos (pelo qual as despesas não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior).

Portanto, a maior parte da sobra será destinada para gastos que não estejam contabilizados dentro do teto. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, citou a capitalização de estatais como um exemplo, mas não quis dizer se os recursos irão para a Caixa Econômica Federal. Afirmou apenas que o banco é um dos candidatos. Ele também não quis listar quais ministérios serão beneficiados pelos recursos que ficam dentro do teto. E disse que o governo decidirá isso nas





próximas semanas: — A demanda é muito maior (do que a disponibilidade).

Nós vamos privilegiar os órgãos com orçamento insuficiente ou muito próximo do insuficiente — explicou Colnago. A equipe econômica avalia que terá uma surpresa positiva na receita de R\$ 11,6 bilhões. O número é puxado por um aumento de R\$ 4,1 bilhões nos recursos administrados pela Receita Federal e por uma alta de R\$ 7,3 bilhões na previsão para a arrecadação com a exploração de recursos naturais. As despesas do governo também avançam, mas a equipe econômica reduziu a previsão de gastos com uma série de rubricas.

Por exemplo, prevê que terá menos gastos (-R\$ 365,8 milhões) com compensação ao Regime Geral de Previdência Social, por causa da aprovação da reoneração da folha de pagamentos. Além disso, estima que a conta com subsídios e subvenções será R\$ 1,01 bilhão menor. O ministro disse também que, para tentar conter as despesas obrigatórias do governo no próximo ano, pretende sugerir ao Palácio do Planalto o reenvio de uma medida provisória adiando o reajuste de servidores públicos de 2019 para 2020.

O governo revisou para 1,6% a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A projeção anterior era de crescimento de 2,5%.

A revisão foi provocada pela greve dos caminhoneiros e, também, por um aperto nas condições financeiras para este ano, puxada por um cenário de incertezas externas e internas com as eleições. Para o próximo ano, a previsão também é menor e caiu de 3% para 2,5%. A equipe econômica prevê uma inflação maior para o ano: a estimativa foi de 3,4% para 4,2%.

AJUDA PARA REGRA DE OURO

A equipe econômica também avalia que não terá necessidade de usar o lucro do Banco Central para fazer frente ao cumprimento da regra de ouro (pela qual o governo não pode se endividar para pagar gastos correntes, como despesa de pessoal) este ano. A equipe econômica calcula que há hoje uma insuficiência de R\$ 98,4 bilhões para o cumprimento da regra.

No início do ano, esse rombo era de R\$ 230 bilhões. A norma será cumprida por meio de uma devolução antecipada de R\$ 70 bilhões por parte do BNDES (referente a aportes feitos no passado pelo Tesouro no banco). Além disso, há uma previsão de R\$ 13,9 bilhões em recursos adicionais de concessões e permissões e de R\$ 19,5 bilhões de outras medidas dentro do governo. Portanto, o lucro do Banco Central deve ser utilizado para ajudar no cumprimento da regra de ouro em 2019.

Brasil fecha vagas pela 1ª vez em 2018

Após sequência positiva de cinco meses, dados do Caged apontaram que o País teve resultado negativo de 661 empregos em junho

Fernando Nakagawa

As demissões voltaram a superar as contratações no Brasil. Após sequência de cinco meses com criação de vagas de trabalho com carteira assinada, junho registrou fechamento de 661 postos, no primeiro resultado negativo do ano. O dado surpreendeu economistas que esperavam melhora dos números e a má notícia reforça a percepção de que a atividade fraqueja a poucos meses das eleições. Apesar do dado mensal negativo, o primeiro semestre de 2018 ainda tem saldo positivo com 392,4 mil novos empregos. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que 5 dos 8 principais setores da economia demitiram em junho – mês seguinte à greve dos caminhoneiros que terminou no fim de maio. O comércio liderou o movimento com 20,9 mil demissões. Nos seis primeiros meses de 2018, lojistas despediram em cinco deles. Outro setor com mau desempenho foi a indústria, que perdeu 20,4 mil vagas, no pior mês do ano para o setor.

O resultado nesses dois setores foi pior até que o observado no ano

passado, quando os indicadores do emprego começavam a melhorar. Em junho de 2018, o número de demissões foi 663% maior que o visto em igual mês de 2017 no comércio e 159% superior na indústria. Junho só não terminou pior porque o campo abriu 40,9 mil novos postos de trabalho. Em plena época de colheita do café e da laranja, o agronegócio conseguiu compensar parcialmente as demissões no comércio e indústria. Empresas ligadas ao café contrataram 14 mil pessoas no mês passado, enquanto o setor de cítricos abriu 8,9 mil vagas. Nos dois casos, Minas Gerais e São Paulo foram os Estados mais beneficiados. Projeções. Os números apresentados pelo Ministério do Trabalho vieram abaixo do esperado pelos economistas consultados pelo Projeções Broadcast.

Entre as 17 instituições consultadas, nenhuma previa queda do emprego formal e a mediana das estimativas indicava 35 mil novos postos de trabalho. “Após o resultado ruim de maio, esperava um dado um pouco melhor. Mas esse desempenho está em linha com o aumento da desconfiança de empresários e consumidores”, diz o economista Luiz Castelli, da GO Associados, ao citar que indústria e comércio – setores que mais demitiram – “tiveram desempenho horrível” na atividade. Com o

emprego patinando, o economista diz que é reforçada a avaliação de que a atividade econômica não deslanchará até a definição eleitoral. Por isso, o emprego não terá a mesma força que o previsto há poucos meses. Castelli, que começou o ano com a previsão de 1 milhão de novos empregos, já reduziu a expectativa para 600 mil e diz que “provavelmente” o número será diminuído mais uma vez.

O economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, considerou o dado uma surpresa “bastante negativa”. “O mercado de trabalho apresentando sinais de piora põe em risco o consumo das famílias e, conseqüentemente, a perspectiva de crescimento da economia”, disse, ao comentar que a paralisação dos caminhoneiros “desarticulou bastante a atividade e, ao mesmo tempo, provocou choque nas expectativas e na confiança”. Retiradas variações sazonais do mercado de trabalho, o resultado de junho fica ainda pior. Cálculos de Castelli indicam que, com essa metodologia, houve destruição de 30,4 mil empregos em junho na comparação com o fechamento de 3,3 mil vagas em maio. “É o pior resultado desde março de 2017, quando ficou negativo em 87 mil.”/

COLABORARAM CAIO RINALDI E MARIA REGINA SILVA

Com sobra de R\$ 14 bi, governo só pode usar parte dos recursos

Por causa da regra do teto, só R\$ 666 milhões serão liberados para pagamento de ministérios e órgãos públicos

Eduardo Rodrigues
Fabrício de Castro

O bom desempenho fiscal de Estados e municípios e das estatais neste ano já faz a equipe econômica acreditar em resultado fiscal R\$ 14 bilhões melhor do que o rombo de R\$ 161,3 bilhões permitido ao governo federal, Estados e municípios. Isso significa que, caso o cenário da equipe econômica se confirme, as despesas devem superar as receitas em R\$ 147,3 bilhões. Os R\$ 14 bilhões de folga são abatidos da dívida do setor público. “Os riscos fiscais para este ano são muito baixos”, disse a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, ao divulgar ontem o boletim de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre. Segundo ela, a meta de Estados e municípios em 2018 é de superávit de R\$ 1,2 bilhão, mas os governos devem ter saldo positivo de R\$ 10 bilhões.

A meta fiscal das estatais é de déficit de R\$ 3,5 bilhões, mas os cálculos da equipe econômica apontam para saldo negativo de R\$ 164 milhões no ano. O Governo Central – que engloba Tesouro

Nacional, Banco Central e Previdência – tem meta de déficit de R\$ 159 bilhões neste ano, mas o relatório apontou para folga de R\$ 1,8 bilhão. Mesmo assim, apenas R\$ 666,6 milhões desse total poderão ser liberados para o governo para o pagamento de ministérios e órgãos públicos, como antecipou o Estadão/Broadcast. Isso porque, além da regra do resultado primário – que não inclui o que será desembolsado para pagar juros da dívida pública –, o governo segue a regra do teto de gastos, que proíbe que as despesas subam acima da inflação.

Essa norma impede que o governo use os outros R\$ 1,1 bilhão a não ser para fazer um resultado fiscal melhor ou para despesas que não estão sujeitas à regra do teto de gastos, como a capitalização de estatais. Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, o governo decidirá até o fim do mês onde irá alocar o dinheiro.

“Existe uma demanda grande por recursos, maior que esse espaço disponível. Vamos decidir até o dia 30.” Ele admitiu que a Caixa é candidata a receber recursos, mas disse que “pode ser” que o banco não receba valores neste primeiro momento. Ontem o Estado antecipou que o banco estatal receberá capitalização de R\$ 2 bilhões do Tesouro para reforçar o capital como

exigência para o cumprimento de regras de solvência internacionais. Para recalcular as receitas e despesas do Orçamento, a equipe econômica revisou as projeções para o desempenho da economia.

A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 caiu de 2,5% para 1,6%. Para 2019, a projeção passou de 3,3% para 2,5%. “Houve queda de 0,2 ponto porcentual na projeção do PIB 2018 em função da greve dos caminhoneiros. O resto da queda é explicado pelo aperto de condições financeiras – metade por fatores internacionais e metade por fatores domésticos”, explicou o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuk. “A incerteza interna diz respeito a questões eleitorais e fiscais.”

Ainda assim, a alta das projeções de inflação levou ao aumento nas estimativas de arrecadação. Kanczuk destacou a alta na projeção do preço médio do barril de petróleo – de US\$ 68,3 para US\$ 74,7. Os recursos dos royalties de petróleo são compartilhados pela União com os entes da federação e ajudarão na folga fiscal. De acordo com o boletim, o governo federal passou a contar com a injeção de R\$ 7,4 bilhões em royalties de petróleo neste ano, o que contribuirá para a folga fiscal.

CONJUNTURA »

Após 5 meses de alta, emprego formal recua

Mercado de trabalho sente o impacto da paralisação do transporte rodoviário e fecha 661 vagas com carteira assinada em junho, contrariando expectativa de analistas. Em 2018, porém, saldo ainda é positivo, com abertura de 392,5 mil postos

» VERABATISTA

Sob o impacto da greve dos caminhoneiros, o mercado de trabalho estagnou em junho e registrou o fechamento de 661 vagas com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. O número é resultado das 1.167.531 contratações e das 1.168.192 demissões registradas no período. Esse é o primeiro resultado negativo do ano, após cinco meses de números positivos. A última queda no emprego havia ocorrido em dezembro de 2017, quando foram fechadas 339.625 vagas formais.

O resultado surpreendeu analistas do mercado financeiro. De acordo com Alex Agostini, economista-chefe da agência Austin Rating, a média histórica, em junho, é de geração de 40 mil empregos formais. “Nossa projeção, diante da conjuntura, já era de 18 mil novas vagas. Mas o resultado veio muito abaixo disso”, destacou. Ele discordou da maioria

dos analistas, que atribuem o mau desempenho do mercado de trabalho à paralisação dos transportadores de carga, no final de maio.

“Pesou mais a preocupação dos investidores com o futuro da economia, tanto pelo cenário nacional quanto pelo internacional, com a guerra comercial entre Estados Unidos e China”, disse Agostini. Para ele, diante desses fatores, não se pode prever quando a queda vai parar. “Talvez, somente no segundo semestre de 2019, depois que o novo presidente da República assumir, e dependendo da força dele no Congresso para aprovar as reformas e concretizar o equilíbrio fiscal”, afirmou.

Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, ficou igualmente surpreso com o resultado do Caged em junho. Ele esperava que fossem criados de 35 mil a 40 mil postos. Porém, ao contrário de Agostini, atribuiu a queda ao impacto dos protestos de maio. “A desconfiança do empresariado, que já era grande, aumentou”, disse. A paralisação dos caminhoneiros, afirmou, fez mais pressão sobre a taxa de câmbio, que vinha derrubando o valor do real diante da moeda norte-americana.

“Os empresários já estão com dificuldade de repassar os custos aos

preços. Com a paralisação, deixaram de contratar”, assinalou Newton Rosa. Ele também citou o ambiente externo como um agravante das dificuldades. Para ele, é possível que a taxa de emprego melhore nos próximos meses. “Mas não pela criação de oportunidades. Com todo esse contexto desfavorável, muita gente vai deixar de procurar emprego, pelo desalento. Assim, o mercado ficará menos pressionado”, avaliou.

Atividades

Em junho, a atividade com melhor desempenho foi a agropecuária, com a criação de 40.917 empregos. O segundo melhor resultado foi o do setor de serviços industriais de utilidade pública, com saldo de 1.151 vagas. Nos serviços em geral, foram abertos 589 postos de trabalho. Os piores registros ocorreram no comércio, com retração de 20.971 postos, e na indústria de transformação, com saldo negativo de 20.470.

Quatro das cinco regiões apresentaram crescimento no emprego formal em junho: Centro-Oeste (8.366 vagas); Sudeste (3.612); Nordeste (3.581); e Norte (930). A Região Sul, porém, puxou o dado nacional para baixo, ao registrar a eliminação de 17.150 postos de trabalho.





No ano, ganho se mantém

Apesar do mau desempenho de junho, o saldo de empregos formais acumulado no ano continua positivo, com 392,5 mil novos empregos com carteira assinada. Nos últimos 12 meses, o resultado também é favorável, com a criação de 280,1 mil postos. Até agora, o ano de 2018

tem sido marcado pela melhoria, ainda que discreta, do mercado de trabalho. Em 2017, o Caged registrou o fechamento de 20.832 vagas. Nos dois anos anteriores, contudo, o resultado havia sido trágico: 1,33 milhão de vagas eliminadas em 2016 e 1,53 milhão suprimidas em 2015.

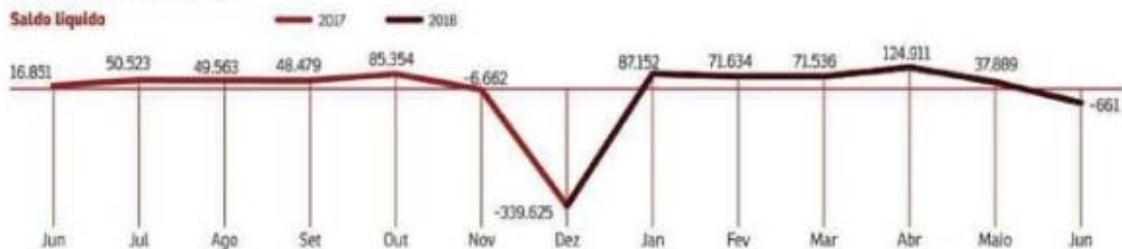
De novo no vermelho

Economia fecha vagas de trabalho com carteira assinada em junho.

Resultado



Evolução do emprego formal



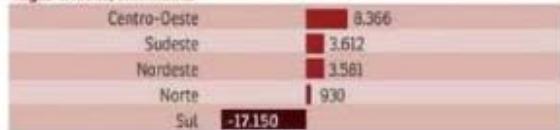
Comércio e indústria têm o pior desempenho no mês

Empregos gerados/fechados



Região Sul puxa o desemprego

Vagas criadas/eliminadas



Fonte: Caged — Ministério do Trabalho



CONJUNTURA »

Estágios na Defensoria

» **Darcianne Diogo***

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) abriu processo seletivo com 440 vagas para estagiário. Do total de oportunidades, 280 são para estudantes que cursam do 6º ao 8º semestre de direito; 60 para alunos do 6º e 7º semestre das demais áreas de formação do ensino superior especificadas no edital; e 100 para matriculados no ensino médio.

As inscrições serão gratuitas e podem ser de 27 de julho a 12 de agosto. Para concorrer, os interessados devem preencher formulário, disponível no site do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), www.ciee.org.br.

O presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep),

Antonio Maffezoli, explica que o primeiro passo para o estudante que deseja trabalhar na defensoria é aprofundar os estudos. “É importante entender as atribuições de um defensor e estudar mais sobre o cargo desejado”, afirma. Segundo Maffezoli, é um trabalho no qual o estagiário põe a mão na massa, desde o primeiro momento. “Ele ouve o problema da pessoa, escreve a ação, então acaba tendo uma grande experiência”, ressalta.

Conseguir uma das vagas de estágio da DPDF é o que Felipe Verneck, 25 anos, pretende. Estudante de direito do 6º período, ele conta que desde o ingresso na faculdade pretende seguir carreira de defensor. “Minha missão é defender os interesses da sociedade”, diz.

* Estagiária sob supervisão de Ana Sá

CONJUNTURA »**Proposta de adiamento**

» ROSANA HESSEL

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ontem que pretende enviar logo ao presidente Michel Temer uma proposta de projeto de lei ou de medida provisória para adiar para 2020 o pagamento da última parcela do reajuste de servidores previsto para 2019, assim como o aumento dos militares. Segundo ele, essa medida reduziria em R\$ 11 bilhões a previsão de gastos com pessoal no ano que vem. Os reajustes de diferentes categorias do Executivo federal foram acordados durante o governo Dilma Rousseff, prevendo aumento gradativo durante quatro anos.

A expectativa do ministro é de que essa proposta entre em vigor antes que o Executivo envie o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso no fim de agosto. “Eu vou propor o adiamento por um ano dos reajustes de servidores e de militares, porque

abre espaço melhor no Orçamento para as despesas discricionárias”, disse Colnago, durante a apresentação do terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Ele não precisou a data do envio da proposta para Temer.

De acordo com a LDO aprovada pelo Congresso no último dia 12, os gastos discricionários (não obrigatórios), em 2019, somam R\$ 98,4 bilhões, valor 23,6% menor do que os R\$ 128,9 bilhões previstos neste ano. Em relação a concursos para 2019, o ministro disse que não tem novidades, mas “será preciso analisar o texto da LDO para ver o que caberá ser feito”.

O ministro explicou que a LDO para o ano que vem foi aprovada pelos parlamentares sem o dispositivo que proibia reajustes salariais do funcionalismo, mas a equipe econômica ainda vai avaliar se recomendará ou não veto presidencial.

CONJUNTURA »

PIB menor e inflação maior



Esteves Colnago apresentou relatório bimestral de receitas

» ROSANA HESSEL

O governo reduziu de 2,5% para 1,6% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 e elevou a estimativa para a inflação oficial acumulada no ano de 3,4% para 4,2%, conforme o terceiro relatório bimestral de receitas e despesas divulgado ontem pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

As projeções, apresentadas pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, e pela secretária executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi, também trabalha com uma expansão

menor do PIB em 2019 — passou de crescimento de 3% para 2,5%.

As incertezas externas, devido à redução da liquidez nos mercados emergentes, e as indefinições internas, decorrentes da política foram os principais fatores apontados para a mudança na projeção do PIB deste ano. Os dois itens responderam por 0,7 ponto percentual do corte de 0,9 ponto na previsão, segundo o secretário. O restante, de 0,2 ponto, foi o impacto na atividade econômica da greve dos caminhoneiros de maio.

Na avaliação do economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central, os novos parâmetros ainda não podem ser

considerados otimistas ou pessimistas, porque ainda há muitas incertezas em relação às eleições. “A paralisação dos caminhoneiros atrapalhou um pouco, dando um choque de oferta, mas o governo foi correto em dar um peso pequeno para a greve, porque o que mais pesa nessa falta de crescimento é o cenário político, com indefinições e um governo muito fraco”, avaliou.

O relatório prevê aumento de R\$ 11,6 bilhões na projeção de receita total devido à inflação maior e ao aumento no preço do petróleo. Contudo, houve incremento de R\$ 7,5 bilhões na projeção de despesas, que incluiu o gasto extraordinário de R\$ 9,5 bilhões com os subsídios ao diesel, obrigando o governo considerar o cumprimento da meta fiscal cheia para a União, de déficit de R\$ 159 bilhões.

No fim das contas, a folga passou de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 1,8 bilhão de margem para o cumprimento da meta. Segundo Colnago, em função da emenda do teto, apenas R\$ 666,6 milhões dessa folga podem ser liberados em um decreto que será publicado no fim do mês. O critério de escolha será a necessidade de cada órgão. Por outro lado, o restante, de R\$ 1,2 bilhão, só poderá ser usado para despesas não sujeitas ao teto, como capitalização de estatais, como a Caixa. Mas isso será definido pelo governo na semana que vem.